CANARANA

ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Canarana

CNPJ 15.023.922/0001-91

Projeto de Lei N° ____/2022 De 02 de dezembro de 2022.

Autoriza o Poder Executivo Abrir Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação e dá Outras Providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana - MT, no uso de suas atribuições conferidas em Lei Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado proceder à abertura de um Crédito Adicional Suplementar por excesso de arrecadação no valor de R\$ 559.866,00 (Quinhentos e cinquenta e nove mil e oitocentos e sessenta e seis reais), para atender as necessidades do orçamento corrente de 2022. Sendo distribuídos de acordo com as seguintes Fontes de Recurso:

Fonte de Recurso (540-107): FUNDEB	R\$ 559.866,00
TOTAL	R\$ 559.866,00

- Art. 2° Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos pelos recursos provenientes do excesso de arrecadação das receitas de custeio, nos termos do art. 42 e 43. § 1°, inciso II da Lei 4.320/64.
- Art. 3° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Canarana - MT, em 02 de dezembro de 2022.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

Mensagen	n ac	Leg	gislativo	
Projeto	de	Lei	n.°	/2022

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Vereadores,

É com satisfação que encaminho este Projeto de Lei onde solicito autorização para abertura de crédito adicional suplementar em favor do orçamento corrente, essencialmente para o custeio das despesas com folha de pagamento, encargos patronais e investimentos de forma a atender as demandas até o fim do exercício corrente.

A projeção do excesso de arrecadação consta do Anexo a esta mensagem, onde está evidenciada sua projeção com base no excesso real já verificado até o mês de julho de todas as receitas e outras que projetadas, se confirmarão até o final do ano de 2022, como exemplo demonstramos:

Fábio Marcos Pereira de Faria **Prefeito Municipal**



5 - Saldo a Autorizar

ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Canarana

CNPJ 15.023.922/0001-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

CÁLCULO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

FONTE 540-107 - FUNDEB 70%

A Lei 4.320/64 nos artigos 42 e 43 disciplina sobre a abertura de Crédito Adicional, vejamos:

Art.42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por Lei e abertos por decreto executivo.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponiveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

& 3º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

(...)

II- os provenientes de excesso de arrecadação;

	II- os provenientes de exce	sso de arrec	Lauaçau,					
Especificação	Período		Valor					
Receita arrecadada no 1º								
período X1	Jan a Novembro	10.848.751,36						
Receita arrecadada no 2º								
período X1	Dezembro 21	1.234.662,85						
Receita arrecadada no 1º								
período X2	Jan a Novembro	11.907.943,40						
Receita Orçada X22	Exercício 2022	10.903.282,68						
·								
<u>Cálculo da Taxa de Incremento (W)</u>								
W = 1º período de X22	11.907.943,40		Percentual %					
1º período de X21	10.848.751,36		109,76%					
W =	109,76%	100%	9,76%					
Aplicação da Taxa de Incremento (W) sobre a Arrecadação do 2º período de X1								
Arrecadação do 2º período X19 * W	1.234.662,85	x	9,76%	1.355.206,22				
<u>Tendência do Exercício</u>								
1- Receita Orçada p/exercício de X22 ->		10.903.282,68						
2-Tendência do exercício de X22 ->		13.263.149,62						
Arrecadação do 1º período de X22		11.907.943,40						
Arrecadação do 2º período de X22 * W		1.355.206,22						
3-Verificação do Provável Exce	2.359.866,94							
4 – Valor Autorizado	1.800.000,00							

559.866,00



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Canarana

CNPJ 15.023.922/0001-91

CONCLUSÃO:

Conforme verificado, houve excesso de Arrecadação

Conforme fórmula apresentada pelos ilustres Professores J. Teixeira Machado Jr e Heraldo da Costa

Reis na consagrada obra A LEI 4.320 COMENTADA, 28ª edição revista e atualizada, Rio de Janeiro, IBAM, 1998, ao comentar o art. 43, & 3º da Lei Federal 4.320/64.